Web Art “Negacionismos na estética do Cordel” elaborado especialmente para o presente dossiê. Vinicius Chaves, Iniv, 2022.

anuário antropológico
v. 48 • nº 2 • maio-agosto • 2023.2

Apresentação do dossiê "E as marés mudaram completamente": desafios da antropologia brasileira em face dos negacionismos

Presenting the Special Issue "The turning of the tides": Challenges for Brazilian anthropology facing processes of denialism"

DOI: https://doi.org/10.4000/aa.11089

Ana Gretel Echazú Böschemeier

Universidade Federal do Rio Grande do Norte – Brasil

ORCID: 0000-0003-0792-1307

gretigre@gmail.com

Ana Gretel Echazú Böschemeier é professora assistente, pesquisadora e tradutora. É membro do Departamento de Antropologia e do Programa de Pós-graduação em Antropologia Social da Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Com pós- doutorado no campo de Saúde Coletiva, ela lidera o Grupo de Pesquisa em Boas Práticas do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq).

Rafael Antunes Almeida

Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira – Brasil

ORCID: 0000-0001-7497-1254

almeida.rafaelantunes@gmail.com

Rafael Antunes Almeida é Doutor em Antropologia pela UnB e professor adjunto na Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira. Integra o Programa Associado de Pós-Graduação em Antropologia UFC/UNILAB e coordena o Núcleo de Antropologias Experimentais (UNILAB).

1 Democracia, antropologia e negacionismos

Depois de alguns meses macerando coletivamente reflexões acadêmicas e ativistas sobre os negacionismos e o papel da antropologia brasileira frente a eles, oferecemos aqui as nossas reflexões organizadas na forma de um dossiê[1]. Para abrirmos a nossa discussão, gostaríamos de trazer um fato histórico acontecido recentemente no país.

A "Carta às brasileiras e aos brasileiros em defesa do Estado Democrático de Direito"[2], apresentada publicamente por professores/as e estudantes da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo em finais do mês de julho de 2022 causou um estrondoso impacto político e midiático em meio ao silêncio das instituições do governo bolsonarista. O documento, que foi assinado por mais de um milhão de pessoas[3], consiste em uma defesa da legitimidade do processo eleitoral de 2022. Nele, é possível destacar uma série de traços que configuram alianças inesperadas, tais como o diálogo entre trabalho e capital e entre diversos setores da sociedade em defesa da democracia.

A carta pode ser compreendida como uma reação iniciada dentro do ambiente universitário contra grupos que propagam o questionamento derrogatório das instituições políticas brasileiras, grupos estes que também desferem os seus ataques contra as instituições científicas e os meios de comunicação estabelecidos. As críticas se fazem em um cenário de "pós-verdade" no qual, segundo Letícia Cesarino,

> essas atitudes epistemológicas emergentes buscam verificar a verdade não por meio dos controles e dos procedimentos fixados pelas estruturas neguentrópicas modernas (notadamente, a ciência, a imprensa profissional e as instituições do estado democrático de direito), mas da experiência pessoal e imediata, elos causais ocultos, e pertencimento identitário do tipo antagonístico (Cesarino 2021, 79).

A missiva serve-nos de ensejo para apresentar o contexto político e social mais amplo no qual se insere a produção acadêmica em antropologia no Brasil de 2022, assim como para familiarizar às/aos leitoras/es que tomarão contato com este dossiê no futuro com os desafios de se produzir ciência em nosso tempo presente, de brutal ameaça ao cerne plural da democracia.

O documento que ora mencionamos reafirma a autonomia e a independência dos três poderes do Estado – legislativo, executivo e judiciário –, a soberania popular e o permanente debate em torno dos temas e problemas que perpassam a sociedade, assim como o crescimento e amadurecimento da democracia, não sem lutas, tensionamentos, disputas e dissensos. Nesse sentido, no texto em tela a superação da ditadura militar apresenta-se como um enclave fundamental: tanto o Brasil, quanto o restante da América Latina, envereda-se no lema *nunca más* (Conadep 1984, Arns 1985). A narrativa da memória que aqui emerge interpreta o nosso presente como produto inexorável de nosso passado, enquanto as conquistas democráticas aparecem como fruto de sementes plantadas em um difícil caminho de formação de instituições e institucionalidades em territórios situados

1 Gostaríamos de agradecer as leituras críticas desta apresentação, realizadas por Peti Mama Gomes (UNILAB), Eugenia Flores e Daniel Yazzle (UNSa, Argentina), Lucrecia Greco (UFBA) e Monique Florencio de Aguiar (UFAL), que contribuíram para que o texto adquirisse a sua presente forma. Também apontamos que os comentários aqui realizados são da responsabilidade dos/as que assinam a autoria desta apresentação.

2 "Carta pela democracia". Disponível em: https://direito.usp.br/noticia/3f8d6ff58f38-carta-as-brasileiras-e-aos-brasileiros-em-defesa-do-estado-democratico-de-direito. Acessado em 23 ago. 2022.

3 "Carta pela democracia atinge um milhão de assinaturas em dia de ato". Disponível em: https://www1.folha.uol.com.br/poder/2022/08/carta-pela-democracia-atinge-1-milhao-de-assinaturas-em-dia-de-ato.shtml. Acessado em 23 ago. 2022.

à margem necropolítica do mundo: o Sul Global (Mbembe 2013, Dados e Connell 2012).

O Brasil, assim como outros países do Cone Sul – como a Argentina, o Uruguai e o Chile –, trouxe uma reflexão imprescindível sobre usos da memória e situações-limite (Da Silva Catela 2001, Jelin 2002) vivenciadas pelos/as cidadãos/cidadãs nas diversas experiências traumáticas que tiveram lugar na ditadura cívico-militar. No ciclo da história recente no Brasil, um revisionismo silencioso volta sob a forma de uma reação que questiona novamente a veracidade dessas memórias, empapando todas as áreas de produção cultural e social. Contudo, a negação – o *Verneinung* freudiano – tem sido um fenômeno longamente estudado pela psicanálise: dentro desse marco interpretativo, a negação representa não um desaparecimento, mas uma tentativa de fuga de uma realidade dolorosa, um substituto da repressão que alimenta a continuidade do conflito neurótico (Freud 1977 [1925]). Em termos socioculturais, emergem desafios próprios a um novo nível de complexidade. Um silêncio como aquele que vivenciamos nos últimos anos no nosso cotidiano institucional (Aguiar 2022) não significa, necessariamente, um esquecimento nem mesmo uma indiferença: pode se configurar como a impossibilidade de dizer, frente a precárias condições de enunciabilidade colocadas no cenário em jogo (Pollak 1989).

Os espaços institucionais da democracia formal, configurados a partir da existência de profundas desigualdades sociais e pautadas na base do "racismo estrutural" (Almeida 2019), interseccionadas por desigualdades em termos étnicos, de gênero, sexualidades e deficiências, o direito à ciência configura-se direito de uma cidadania plural em construção. O "ápice da democracia", da forma em que é citado na carta, apresenta-se como uma expressão de desejo: a direção na qual queremos caminhar. As políticas da memória (Camargo 2018) tornam-se marco fundamental para reconectar o fazer científico aos desafios da sociedade atual. O risco intrínseco ao "funcionamento normal das instituições" é colocado dentro da esfera da política formal, mas nós gostaríamos, aqui, de trasladar essa reflexão para o espaço da construção político-epistemológica da ciência, que se encontra, como sabemos, embrenhada de condicionantes de tipo sociocultural (Rose e Rose 1976) e institucionalidades, sejam elas democráticas, sejam elas autoritárias (Brown 2009).

Gostaríamos de destacar mais um dos aspectos desta carta que, segundo observamos, abre o espaço para o tema que propomos discutir neste dossiê: os negacionismos (no plural) frente à ciência no marco do Estado democrático e de direito. De acordo com a literatura contemporânea sobre o tema, a expressão negacionismo foi utilizada originalmente para descrever "grupos e indivíduos que negavam a existência das câmaras de gás e o extermínio em massa dos judeus [e outros coletivos] durante o regime nazista" (Valim, Avelar e Bervernage 2021, 14). Contudo, no momento contemporâneo, tal conceito é mobilizado para qualificar uma pletora de posicionamentos que se apresentam como contrapostos a pressupostos ou resultados estabelecidos pela comunidade científica e, de modo geral, às descrições científicas sobre o mundo (Costa 2021, Valim, Avelar e Bervernage

2021).

Deve-se notar, contudo, que se os negacionismos se notabilizam pela recusa, neles há também um movimento de criação. Isto é, o negacionismo não se define apenas por sua iconoclastia e rejeição de verdades consensuadas social e cientificamente. Ele cria, nos termos de Ignas Kalpokas (2019) uma "ficção escapista" (Kalpokas 2019, 13), capaz de fortalecer imaginários de pureza social, completude vital e redenção moral quase messiânicos. Ou, conforme Schindler, o "discurso da pós-verdade" [...] "não apenas relativiza a verdade, mas também naturaliza a crença em 'fatos' específicos" (Schindler 2019, 3). Nesse cenário, observamos que a antropologia é capaz de se colocar criticamente em face dos negacionismos em três níveis aqui descritos: a) *enquanto prática científica autônoma, com uma gravitação própria em torno de propostas teórico-metodológicas relativistas*[4]; b) *como produção discursiva crítica que se interessa por descrever os próprios negacionismos enquanto fenômenos sociais*; e *c) como prática do saber afetada institucionalmente pelos negacionismos*.

a) *Enquanto prática científica autônoma, com uma gravitação própria em torno de propostas teórico-metodológicas relativistas.* A antropologia enquanto forma de fazer ciência(s) com uma gravitação relativamente própria, procura legitimar a sua produção discursiva por meio de estratégias de busca, construção e análise de sentidos no campo social que historicamente vêm se contrapor aos processos de negação do outro/a. A problematização da alteridade como fio condutor da disciplina, o relativismo cultural como princípio orientador que permite a comparação com do que é próprio com o desconhecido/alheio/estranho, o "ser afetado/a" em campo (Favret-Saada 1990) à maneira de interceder, pela via da corporeidade, na experiência plural como formadora de conhecimentos para a ciência: essas são algumas das várias iniciativas que, segundo é possível documentar na teoria e história da disciplina antropológica, fazem parte de um esforço analítico intrínseco ao *ethos* da área. Tais propostas têm sido notoriamente enunciadas nas várias genealogias do pensamento e prática antropológicos, sobretudo a partir das propostas programáticas que tiveram lugar desde a institucionalização da antropologia moderna (Eriksen e Nielsen 2001). Com base nesses pontos de vista que identificamos como convergentes, a antropologia – desde a sua construção moderna até as propostas pós-estruturalistas, pós-coloniais e descolonizadoras – apresenta ferramentas críticas particularmente potentes para enfrentar os processos de rejeição de realidades diversas pela via da reflexão sistemática sobre a negação do/a outro/a.

b) *Como produção discursiva crítica que se interessa por descrever os próprios negacionismos enquanto fenômenos sociais.* Neste ponto, referimo-nos ao fato de que movimentos negacionistas e teorias conspiratórias podem ser e têm sido objeto de etnografias. Neste caso, ao trabalhar com fenômenos como os movimentos antivacina e grupos terraplanistas, que tiveram a sua visibilidade aumentada a partir de 2016, a disciplina pode se beneficiar de pesquisas que se aprofundaram sobre os universos conspiratórios no exterior (Marcus 1999, West e Sanders 2003, Battaglia 2005) e no Brasil (Neto 1984, Pícaro 2007, Almeida 2015) e que, adiantando-se por

4 Como é sabido, a própria noção de "relativismo" tem uma longa história na disciplina. Diferentes autoras/es estabeleceram comentários críticos sobre o conceito, como Eduardo Viveiros de Castro (1996), Rita Segato (2006) e Abdullahi An-Na'im (1991)). Entre os problemas fundamentais com o termo estão: 1) a perspectiva relativista comportaria uma suposição ontológica fundamental: uma natureza estável e um mundo de variações "culturais" (Viveiros de Castro 2006); 2) a suposição das culturas como unidades que desconsideram, por uma parte, as "relatividades internas que introduzem fissuras no suposto consenso monolítico de valores" (Segato 2006, 217) e, pela outra, a própria necessidade, dentro da democracia, de um regime pluricultural de Direitos Humanos (An-Na'im, 1991). Via de regra, as críticas presentes em 2) voltam-se à representação das culturas como unidades desagregadas e impossíveis de serem submetidas ao escrutínio ético e moral.

outras vias a um debate maior, foram publicados anteriormente à disseminação da expressão "pós-verdade". Observamos que os pontos abordados por tais etnografias, entre os quais a relação entre conspiracionistas e a ciência, os seus modos de produção de "veridição" e, acima de tudo, as suas formas de incorporação de novos membros, podem contribuir para a compreensão da situação contemporânea. Isto é, queremos dizer que há uma produção acumulada sobre pequenos grupos conspiracionistas que pode ter algum valor para discutir a pós-verdade [tal discussão será retomada no ponto 3 desta apresentação, "A apropriação da crítica pelos discursos negacionistas"].

c) *Como prática do saber afetada institucionalmente pelos negacionismos.* Nesse sentido, mesmo se dirigindo a outros temas que não o negacionismo, a antropologia é diretamente afetada pelos seus efeitos político-epistemológicos no campo da produção científica. Aqui nos referimos especialmente aos efeitos institucionais para a antropologia como ciência do ambiente negacionista. Tais consequências podem ser visualizadas, por exemplo, na redução de verbas para a realização de pesquisas científicas[5] e no questionamento da legitimidade da área como lugar de produção de conhecimento sobre as realidades indígenas e quilombolas[6]. Pode-se ainda acrescentar que, como parte das ciências humanas, a área antropológica vê respingar sobre si o ataque contínuo às humanidades no ambiente negacionista.

Nas linhas acima, discorremos sobre as relações entre a antropologia e os negacionismos de modo geral, mas consideramos que, a partir de agora, é preciso destacar as subáreas que enfrentam dilemas específicos envolvendo a questão. Conforme o diagnóstico de Latour (2004), a antropologia da ciência e da tecnologia, por exemplo, vê parte dos instrumentos empregados em suas análises serem literalmente "traficados" (Latour 2004) para o campo negacionista[7] e usados, proposital e arbitrariamente fora dos seus contextos de enunciação, para questionar a ciência de uma forma fraudulenta e espetacularizada. Nesse cenário, a cidadania intervêm dentro de uma performance democrático-participativa, reagindo como um árbitro desinformado, sujeita à manipulação demagógica no marco do que Harambam (2021) descreve como "guerras da ciência generalizadas":

> As guerras da ciência, que assombraram a academia nos anos 90, agora foram democratizadas e são jogadas de forma generalizada com cidadãos comuns, teóricos da conspiração e atores políticos que empregam argumentos construtivistas em suas batalhas pela verdade, autoridade epistêmica e poder político (Harambam 2021, 116).

Desta maneira, carente de um sedimento de cidadania e acesso equitativo ao conhecimento científico, o espaço aberto para a convivência de ideias no marco da democracia transforma-se em uma praça emocional em ebulição onde quem grita mais alto – leia-se, quem impôs a sua própria opinião das coisas a partir do apoio de uma maquinaria de poder político-ideológica mais poderosa – é mais ouvido, mais lembrado e mais visceralmente apoiado.

5 A Sociedade Brasileira Para o Progresso da Ciência, por meio de carta pública, denunciou os cortes nas verbas destinadas à ciência brasileira no ano de 2022. Disponível em: http://portal.sbpcnet.org.br/noticias/carta-ao-brasil-contra-a-destruicao-de-nosso-futuro/. Acessado em 19 set. 2022.

6 A 32ª Reunião Brasileira de Antropologia, ocorrida entre outubro e novembro de 2020, contou com um Grupo de Trabalho especialmente dedicado ao tema dos desmontes das políticas públicas dedicadas aos povos indígenas e quilombolas. O GT levou o título de "Da desregulação ao desmonte: ataques às políticas ambiental, indigenista, quilombola e dos demais povos tradicionais" e foi coordenado por Stephen Grant Baines e Andréa Zhouri. Esta iniciativa demonstra uma entre as várias tentativas de antropólogas/os de fazerem frente aos efeitos do negacionismo – entendido aqui em sentido amplo – nas sociedades acima especificadas.

7 Para uma apreciação crítica da proposta de Latour, ver o trabalho de Sebastian Schindler. Para o autor, "[o] diagnóstico de Latour de 2004 é clarividente e perspicaz". Contudo, ele aponta que a análise de Latour apresenta pontos questionáveis: "De acordo com Latour e vários outros analistas, a proliferação contemporânea da crítica relativizante é um fenômeno inteiramente novo [...] [contudo, a] relativização dos fatos por movimentos populistas e de extrema direita não é um fenômeno novo. O que tem sido discutido hoje sob o nome de "pós-verdade" foi descrito com grande precisão por analistas da ideologia no século XX" (Schindler 2019, 10). Schindler refere-se aos analistas dos totalitarismos.

2 Genealogias da crítica

Neste ponto, gostaríamos de enfatizar – sem pretensão alguma de exaustividade – algumas vertentes que caracterizam o investimento analítico sobre a ciência como produto histórico, político e cultural. Tais vertentes são colocadas aqui como "genealogias" (Foucault 2014) de saberes entretecidos às vezes disciplinarmente, às vezes indisciplinadamente. Elas são, também, produtos de heranças do saber coletivo cuja interpelação, hoje em dia, é particularmente significativa ao construirmos um posicionamento profissional frente aos negacionismos e outras expressões do retrocesso democrático.

No exercício da referida genealogia, o direcionamento de um olhar crítico às práticas científicas, em particular aos seus componentes racistas (Castro 2019) e sexistas (Fox Keller 2006 [2004]), tem conduzido ao desenvolvimento de movimentos intelectuais muito vigorosos. Assim, neste tópico, em primeiro lugar, identificamos as críticas afrodiaspóricas e descolonizadoras. Em segundo lugar, trazemos uma genealogia plural dos feminismos e, finalmente, apontamos elementos de diálogo entre essas genealogias periféricas e os apresentados pela antropologia da ciência e da tecnologia, abordados no início desta apresentação.

Para melhor compreendermos a proposta das "epistemologias afrodiaspóricas" (Pereira 2017), é importante ter em mente que elas não almejam que os conceitos, modos de pensamento e lógicas afrodescendentes sejam, por assim dizer, levados em conta, pois "levar em conta" é ainda manter intocados os regimes de produção de conhecimento que se radicaram na exclusão dos/as Outros/as. O pleito é pela própria centralidade destas lógicas, a partir das quais os cânones branco-ocidentais passam a ser lidos e, nesse exercício, têm os seus sistemáticos processos de exclusão do pensamento e das práticas negras revelados. Para resumir, conforme coloca Mutombo Nkulu-N'Sengha a propósito das epistemologias africanas, "a história africana de escravidão, colonialismo, neocolonialismo e racismo criou uma epistemologia africana com um foco específico na relação entre conhecimento e poder político e econômico" (Nkulu-N'Sengha 2005, 40). É a partir do reconhecimento do caráter intrínseco entre conhecimento e poder que as propostas mencionadas investem sua crítica à ciência hegemônica.

No campo das ciências sociais, as "epistemologias afrodiaspóricas" (Pereira 2017) agem no sentido de desestabilizar posições tradicionais de quem, na pesquisa, conta como aquele/a que "realiza a investigação" e quem é, por assim dizer, "o/a observado/a". Este ponto vem sendo trazido por inúmeros/as autores/as, entre os quais Lourenço Cardoso (2014). Ele se pergunta pela possibilidade "[d]o deslocamento do branco acadêmico do lugar de pesquisador para o de 'objeto'" (Cardoso 2014, 17).

Se focarmos no campo latino-americano, uma série de iniciativas que poderíamos englobar como descolonizadoras se propõem a desnudar a dependência da ciência dentro de um regime mais amplo de colonialidade do poder (Quijano 2005), campo que inclui questões de raça-gênero, etnicidade e construção dos estados-nação latino-americanos, dentro dos quais, apesar das suas particularidades, pode ser incluído o Brasil. A breve genealogia que aqui apontamos como

descolonizadora situa a sua produção em epistemologias como formas de produção de conhecimento muito anteriores à própria conquista e colonização das chamadas Américas. Reconhecendo essa ancestralidade nos conhecimentos produzidos, observamos que a principal tarefa das posturas descolonizadoras dentro da academia a partir de meados do século XX foi a de questionar essa negação (Bonfil Batalla 1987), iniciando o processo de visibilização das formas de produção destes conhecimento cruzados pela raça-etnicidade, gênero, territorialidades e religiosidades (Segato 2007).

Olhemos para esse ponto com mais vagar: é possível precisar que a incorporação destes saberes, tensionamentos e múltiplas traduções dentro dos territórios de conhecimento hegemônico/colonial já estava sendo produzida por intelectualidades femininas, indígenas e afro-diaspóricas como Waman Poma de Ayala (Quispe-Agnoli 2020; Echazú Böschemeier, Quispe-Agnoli e Greco 2021), La Malinche e Sóror Juana Inés de la Cruz (Gaspar de Alba 2014) – para citar só três dentre uma multiplicidade de contribuições – séculos antes da emergência do campo dos chamados "estudos decoloniais".

Estes últimos, sem dúvida, trouxeram consigo questionamentos sistêmicos e sistemáticos das perspectivas eurocêntricas nas ciências latino-americanas (Lander 1993), abraçando os tensos diálogos interseccionais entre campos de produção hispanofalante e anglofalante. Tais estudos esforçaram-se por sublinhar a complexa dinâmica de jogos de poder, visibilidade, publicabilidade e busca de legitimidade por parte de intelectuais e cientistas afro-diaspóricos/as e latinos/as (Anzaldúa 1999, Mc Gee e Bentley 2017) dentro das instituições do Norte Global (Dados e Connell 2012), a partir de participações críticas e posicionadas nas instituições universitárias de metrópoles tais como Estados Unidos, Inglaterra e Espanha, assim como de intervenções nacionais e locais dentro dos seus próprios países de pertencimento, tais como México, Peru, Argentina, Uruguai, Bolívia e Venezuela, dentre outros.

Por sua vez, uma genealogia de olhares feministas e descolonizadores dentro da filosofia da ciência com foco na América Latina tem sido sistematizada por Mendoza e Harding (2021), demonstrando as formas em que os debates filosóficos influenciaram políticas públicas e os crivos pelos quais, considerando a ciência como um processo e produto social genderizado, racializado e enviesado também em termos de classe e nação, é necessário mantermos uma visão pluricêntrica, densa e não uniformizante a propósito do conhecimento. Outros pontos-chave desta rede de produções latino-americanas que abraça e afeta o Brasil são as discussões de intelectuais periféricos/as durante os anos 1960: a teoria da dependência, para a qual o subdesenvolvimento dos países latino-americanos não era um estado de sobrevivência do arcaico, mas a produção de uma pobreza garantida pelo seu posicionamento estrutural dentro do sistema capitalista global (Frank 1963); as propostas de pesquisa-ação participativa, que propõem uma revisão radical da dicotomia sujeito-objeto e um necessário envolvimento da ciência nas políticas públicas das democracias latino-americanas (Fals Borda 1979) e a educação popular (Freire 1991), que instaura uma visão pedagógica de todo o processo

de ensino a partir da compreensão de que aprender e educar são parte de um processo único no qual estão envolvidos todos os agentes da sociedade. Esses três movimentos, próprios de uma segunda pós-guerra onde o "Terceiro Mundo" cobrava um lugar específico na geopolítica global, marcaram a produção científica latino-americana de diversas formas.

No âmbito destas produções e sobretudo a partir das décadas de 1970 e 1980, o caráter social da ciência passou a ser compreendido como "um ponto de vista amplamente aceito, quase banal" (Vessuri 1983, 9), a partir de um posicionamento explícito e consciente de produção de uma ciência periférica. A necessidade de adequar os conceitos teóricos às dinâmicas sociotécnicas locais revelou, por sua vez, pertinentes questionamentos à ortodoxia teórica dos estudos clássicos da Ciência e Tecnologia (Thomas 2010). As implicações disto para os processos de fortalecimento das democracias na região têm sido explicitadas em contribuições posteriores (Vessuri 2007, Córdoba *et al*. 2021), nas quais é possível distinguir elementos conceituais que permeiam a discussão dos negacionismos dentro das chamadas "sociedades de conhecimento", como produto histórico e geopolítico e dentro das quais se situam as produções tanto das ciências quanto dos negacionismos na contemporaneidade.

No Brasil de inícios do século XXI, as abordagens sobre movimentos sociais vinculados à promoção dos direitos humanos em perspectiva intercultural (An-Na'im, 1991) têm demonstrado como a população negra, indígena, as mulheres, os coletivos LGBTQIA+ e as pessoas com deficiência atuaram como forças "educadoras" (Gomes 2012) do Estado no campo das políticas públicas, permeando o regime democrático brasileiro com uma série de propostas diversas epistemicamente (Carvalho 2018). Neste contexto, a defesa dos relativismos, as tentativas de contornar o etnocentrismo e a atenção à ciência como prática histórica situada dentro de regimes de saber-poder, permitiram que uma parte significativa de nossos/as pares passasse a apreciar o conhecimento produzido pelas ciências institucionalizadas no campo público sob um olhar profundamente crítico.

Tais apontamentos se concentram na indicação do baixo número de pesquisadoras/es negros e indígenas na maioria dos departamentos universitários no Brasil e no exterior (Carvalho 1991). Nesse sentido, podemos dizer que a exclusão sistemática faz parte de um processo muito maior de exclusão de negros e indígenas colocado em prática pelo racismo em todas as áreas da vida. A indicação do processo profundamente excludente que caracteriza o ingresso de cientistas na universidade soma-se às críticas muito contundentes encampadas por pesquisadoras negras às ementas e Programas de Disciplina que, ou bem contêm apenas indicações bibliográficas de autores brancos (Nascimento 2021) ou, em uma espécie de *tokenismo*, incluem apenas alguns autores negros e indígenas nos Programas, mas deixam intacta a sua estrutura eurocêntrica – relegando-os, em boa parte, a leituras complementares, não obrigatórias para a turma toda. Em termos de uma análise que privilegie a descrição dos elos entre a ciência, o mercado e o racismo, Rosana Castro (2019) revela como o campo da experimentação com medicamentos no Brasil se beneficia de "precariedades oportunas" (Castro

2019). Precariedades estas que resultam dos efeitos do racismo sobre a condição de saúde da população negra.

Todos esses elementos trazidos aqui consistem em apreciações críticas sobre a ciência. Alguns dos apontamentos se voltam à prática científica em si, outros atingem os processos coloniais e os seus efeitos sobre a produção de conhecimento. Apresentamos, pois, genealogias periféricas, para em seguida abraçar a emergência da "antropologia da ciência"[8], que se desenvolve a partir de contextos de geolocalização central e hegemônica – sobretudo europeus e também norte-americanos –, e que depois passa a ser produzida no Brasil (Vargas 2006, Calheiros 2009, Sá 2013, Castro Carvalho 2015, Almeida 2015, Castro 2018, Gonçalves 2019, Rohden e Monteiro 2019), assim como no restante da América Latina (Vessuri 2007, Córdoba *et al.* 2021).

No exercício da produção destas genealogias críticas, temos nos valido do emprego da palavra "epistemologias"[9], tal como vem sendo utilizada por diversas tradições de pensamento que apresentamos nas linhas anteriores. Entre as obras que se valem desta noção para qualificar um conjunto de formas de produção de conhecimento cuja pretensão é oferecer uma alternativa ao olhar eurocêntrico, destacamos a proposta de Patrícia Hill Collins intitulada "Epistemologia Negra Feminista" (2019). Nesse trabalho, Hill Collins demonstra o vínculo indissociável entre as formas de validação de conhecimento na academia americana e a branquitude: "Como os homens brancos de elite controlam as estruturas ocidentais de validação do conhecimento, os temas, paradigmas e epistemologias da pesquisa acadêmica tradicional estão permeados por seus interesses" (Hill Collins 2019, 401). Mas o texto da socióloga vai além da constatação dos vínculos entre poder e conhecimento, pois Hill Collins pretende delinear aquilo que compreende como os fundamentos de uma epistemologia feminista negra, isto é, aquelas formas de construção e validação do conhecimento utilizadas por afro-americanas. Entre os fundamentos desta epistemologia estariam as "experiências vividas como critério de credibilidade" (Hill Collins 2019, 411), o "uso do diálogo na avaliação de reivindicações de conhecimento" (Ibidem, 416) e a ideia de que a "expressividade pessoal, as emoções e a empatia são centrais para o processo de validação do conhecimento" (Ibidem, 419).

Até aqui, temos traçado nossa proposta de genealogia da crítica à ciência nas ciências humanas a partir de algumas perspectivas feministas, negras e descolonizadoras. Passaremos agora à apresentação de uma brevíssima proposta genealógica de alguns dos aportes da antropologia da ciência.

Pelo menos desde o final da década de 1970, um subcampo da antropologia pretendeu tomar *a prática científica* como um objeto de reflexão privilegiada. Ainda que a exposição das relações entre o "pensamento científico" e o "pensamento mítico" sejam anteriores à década de 1970 e possam ser rastreadas, por exemplo, nas produções de Lévi-Strauss publicadas na década anterior (Lévi-Strauss 1990 [1962]), a proposta trazida pelas antropologia da ciência e da tecnologia de extração europeia e norte-americana na década de 1970 consistiu em tornar a ciência não só um objeto de pensamento da disciplina – já que isso remonta aos primór-

8 Ao longo do texto, referimo-nos à "antropologia da ciência" como um campo de pesquisas que teria, entre outras disciplinas, abordado a prática científica como prática social. Não se deve perder de vista as diferenças internas ao campo. Vale ainda lembrar que há antropólogas/os da ciência que trabalham a partir das autoras e autores que apresentamos como uma matriz de crítica periférica à ciência. Para uma boa revisão sobre a antropologia da ciência brasileira, ver Rhoden e Monteiro (2019).

9 A propósito do assunto, Donna Haraway chega a sugerir que, talvez, desde um ponto de vista feminista o próprio termo "epistemologia" não seja exatamente a melhor escolha: "Nas categorias filosóficas tradicionais, talvez a questão seja ética e política mais do que epistemológica"(Haraway 1995, 15).

dios da área – mas o objeto de trabalhos etnográficos profissionais.

No início, tais pesquisas se concentraram sobre laboratórios e tiveram como pioneiras o antropólogo francês Bruno Latour (1997 [1979]), a socióloga austríaca Karin Knorr-Cetina (1981), o sociólogo americano Michael Lynch (1985) e antropóloga americana Sharon Traweek (1988). Nos anos seguintes, antropólogas da ciência acompanharam cientistas em campo, descreveram controvérsias sociotécnicas e, por vezes, tomaram parte em debates públicos que envolviam a relação entre ciência e o bem comum, como aqueles em torno do aquecimento global e de outros eventos que caracterizam a emergência climática que marca o nosso tempo.

No contexto das chamadas "Guerras na Ciência" (*Science Wars*)[10], algumas destas produções foram retratadas como ataques abertos à prática científica (Sokal, Bricmont 1998 [1997]). Mas, de fato, eram trabalhos que pretendiam "estudar a ciência à maneira de um projeto social como outro qualquer, nem mais descolado das preocupações do mundo, nem mais ou universal ou racional do que qualquer outro" (Stengers 2002 [1993], 11). É notório, contudo, que embora tais estudos não tenham a intenção de desmascarar o que quer que seja, a atenção aos determinantes sociopolíticos das práticas científicas ou à descrição das minúcias, dos pequenos atos e eventos internos ao laboratório, de algum modo revelam a ciência como uma prática muito menos "sagrada" do que teria sido colocada pelo próprio aparelho de poder científico para o público leigo, orientado a celebrar os avanços da Ciência (em referência àquela atividade social que se define a si própria com C maiúscula – uniforme, unívoca, autocentrada), com a confiança de quem acredita no progresso invariável da civilização.

Queremos dizer que a antropologia da ciência e o campo ao qual ela se filia, os Estudos Sociais da Ciência e da Tecnologia[11], embora promovessem uma *descrição crítica* das tecnociências, faziam-no desde a perspectiva da produção de uma necessária análise interna à prática social da ciência, sem com isso propor ou justificar quaisquer estratégias de negação, rejeição, ou mesmo abandono da atividade científica por meio da adesão a quaisquer tipos de anti-intelectualismo (Hofstadter 1963). Mas, como é evidente na escalada de discursos de pós-verdade observáveis na mídia, nas políticas públicas e até no próprio espaço de convívio universitário, uma apropriação descontextualizada destas críticas de fato tem acontecido de forma cada vez mais marcante nos últimos anos. Apontamentos a respeito das maneiras em que se deu esse processo em retrospectiva, da mesma forma em que o desenho de esboços prognósticos sobre qual é nosso lugar como antropólogas/os no cenário atual destas pugnas são dois temas centrais abordados, desde posicionamentos diversos, nesta proposta de dossiê.

3 A apropriação da crítica pelos discursos negacionistas

No tópico anterior, mapeamos muito brevemente dois focos de investimento analítico sobre a ciência como produto histórico, político e cultural, quais sejam: a) as críticas feministas, antirracistas e indígenas aos processos de exclusão e silenciamento epistêmicos presentes na academia, e b) o núcleo, mais compacto, de estudos, que se desenvolveram originalmente na Europa e nos Estados Unidos,

10 O termo "Guerras na ciência" descreve um cenário de debate entre cientistas sociais e cientistas sociais sobre a natureza da ciência. Philip Baringer, que introduz a coletânea "After Science Wars" (2001), organizada por ele e por Keith Ashman, observa que indivíduos pertencentes às duas comunidades de cientistas se opuseram nos anos 1990 fundamentalmente em relação à seguinte questão: " Um dos pontos fundamentais de disputa nas guerras na ciência é a noção de que as teorias científicas são puras construções sociais sem mais direito ao rótulo de "verdade" do que as outras ideais construídas socialmente. Para alguns, esta noção é um dado, um ponto de partida para investigações futuras. Para outros é profundamente sem sentido" (Baringer 2001, 8). Devemos notar que o trecho acima citado incorre em uma imprecisão, na medida em que muitos dos autores frequentemente acusados de relativistas epistêmicos ou pós-modernos durante a controvérsia não sustentaram efetivamente posições relativistas. Deve-se estar atento ao fato de que o reconhecimento da ciência como empreendimento social não significa a adoção do relativismo radical.

11 A expressão Estudos Sociais da Ciência e da Tecnologia caracteriza um campo interdisciplinar que abriga disciplinas tão diferentes como a antropologia, a história, a sociologia, a filosofia e a educação. Na literatura, há certa variação nos usos, entre os quais "Science Studies", "Science and Technology Studies" e "Social Studies of Science and Technology". Os Estudos Sociais da Ciência e da Tecnologia nasceram como um resultado da publicação da obra de Thomas Kuhn intitulada *A estrutura das revoluções científicas*, em 1969, mas o primeiro estudo antropológico da ciência data de 1979, ano de publicação do livro *A vida de laboratório*, por Bruno Latour e Steve Woolgar.

que têm se delimitado como pertencendo ao campo da "antropologia da ciência". Desta forma, visualizamos que, por uma parte, a antropologia da ciência notabilizou-se por ter levado a etnografia para o laboratório e para os espaços de trabalho dos/as cientistas, debruçando-se sobre o caráter "artefactual" (Sá e Almeida 2020) da ciência, e ampliando seu olhar para o lugar dos agentes não humanos no interior de redes nas quais se faz a atividade científica.

Conforme aprendemos, um dos desdobramentos diretos das críticas provenientes das tradições descolonizadoras, afro-diaspóricas e de pensadoras feministas, indígenas, quilombolas e negras é não somente a apreciação de outras formas de produzir conhecimento que são de cunho ancestral, mas a exigência de uma transformação da ciência a partir de outras epistemes[12]. Compreendemos desta forma que a antropologia da ciência e as tradições críticas acima referidas contribuem, portanto, para complexificar e ampliar não apenas a imagem que se tem das ciências, como a figuração que se deseja que as ciências tenham dentro dos marcos da atividade social e democrática. Entretanto, como bem mostrou Bruno Latour em um texto publicado em 2004, o contexto no qual tais análises e críticas vinham sendo desenvolvidas parece ter mudado de forma perceptível nos últimos anos:

> Programas inteiros de Pós-Graduação ainda estão correndo para garantir que bons jovens americanos estejam aprendendo que os fatos são construídos, que não existe tal coisa como o acesso natural, não mediado e imparcial à verdade, que somos sempre prisioneiros da linguagem, que sempre falamos a partir de uma localização, e por aí vai, enquanto extremistas estão usando exatamente o mesmo argumento da construção social para destruir evidências duramente conquistadas que poderiam salvar as nossas vidas (Latour 2004, 227).

No início desta apresentação já antecipamos alguns elementos do contexto contemporâneo de dispersão do negacionismo. Como o artigo de Bruno Latour sinaliza, tal cenário se singulariza pela apropriação de argumentos antes colocados pelas antropologia e outras ciências humanas dentro do marco da crítica interna à ciência, como o apelo à experiência pessoal enquanto critério epistemológico (Marineli 2020, Cesarino 2021), para realizar movimentos de descontextualização, apropriação e banalização que acabam sustentando posições que negam a própria capacidade da ciência de produzir verdades e, no seu limite, consensos.

A propósito dos movimentos de apropriação dos discursos críticos pelo negacionismo, importa sinalizar que eles não aconteceram no vácuo. Descrever tal contexto nos conduziria necessariamente à vasta literatura que se volta a teorizar sobre as condições de emergência da pós-verdade e os seus nexos com outros processos sociais contemporâneos. Neste âmbito, temos desde a hipótese de Latour (2018) a propósito da "traição" das elites (Latour 2018, 20), até trabalhos que exploram as relações entre o neoliberalismo e a pós-verdade em contextos tanto do Norte quanto do Sul Global (Brown 2019, Cesarino 2021).

12 É necessário notar que, apesar de ambas as genealogias desenvolvidas aqui virem realizando críticas radicais à modernidade, elas apresentam diferenças importantes entre si. Contudo, por questões de foco, não iremos trabalhar nestes tensionamentos internos, que permitiriam notar inescapáveis cisões em termos de uma geopolítica na produção de conhecimento, deixando espaço para uma necessária "crítica da crítica" das produções euro-centradas (Thomas 2010) e do Norte Global (Connell e Dados 2013). Assim, nosso esforço nesta apresentação continua a ser a discussão dos movimentos de apropriação externa desta produção antropológica de uma reflexão sobre a(s) ciência(s) e a tecnologia.

Por ora, importa notar que a ascensão global da extrema direita e dos negacionismos em diferentes frentes têm obrigado a antropólogas e antropólogos a se reposicionarem no campo da produção acadêmica, científica e ativista. Foi assim que no país, a partir de 2016, as marés mudaram completamente. As antropólogas/os interessadas/os em pensar a tecnociência face aos problemas emergentes tiveram de se haver com uma multiplicação de "regimes de pós-verdade" (Harsin 2015), dentro dos quais fortaleceu-se a infodemia (OMS 2021), multiplicando-se as tendências reacionárias, os negacionismos e a alimentação de "controvérsias fake" (Rajão *et al.* 2022) assentadas sobre a falsa base da necessidade do Estado apoiar a "liberdade de expressão" a qualquer custo. Tais movimentos não apenas tomaram a cena pública com críticas aos subprodutos da prática científica, como capturaram aquele aparato crítico há muito tempo explorado pela antropologia e pelos Estudos Sociais da Ciência (Latour 2004) para propósitos muito distantes dos originais.

Curiosamente, a noção de "interesses", um dispositivo central para uma parcela significativa dos Estudos Sociais da Ciência e da Tecnologia (Mattedi 2006), parece ser uma importante ferramenta articulada pelos discursos negacionistas. Por meio de discursos aparentemente descentralizados e pautados na acusação de interesses, os negacionistas alimentam as condições para um cenário de "vale-tudo", que não somente tende a enfraquecer os já disputados consensos de verdade dentro do âmbito da ciência, mas que também acabam por corroer o pacto democrático. Exemplos concretos disso no contexto brasileiro são: 1) o questionamento sobre a qualidade das vacinas contra a Covid-19, sob o argumento de que os cientistas e empresas envolvidos em sua produção estariam respondendo a *interesses* mais econômicos do que voltados para a remediação da pandemia; 2) a desacreditação a respeito da veracidade dos instrumentos de avaliação científicos que indicam o avanço do desmatamento pelo Inpe (Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais), questionamento esse que resultou na demissão do seu diretor, Ricardo Galvão. Em matéria no site da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência registra-se que: "o presidente afirmou que os números eram mentirosos e insinuou que 'Galvão estaria a serviço de alguma ONG'"[13]; e 3) a iniciativa do Censo do IBGE realizado em 2022 contou com todo tipo de ataques, desde acusações por parte da presidência e Ministério da Economia ao fato de serem "muitas perguntas" e conteúdos "não importantes", até as múltiplas agressões aos agentes recenseadores, que, em muitos casos, sofreram maus-tratos verbais ou mesmo físicos vindos de pessoas que se identificam com a extrema direita bolsonarista. Isto gerou uma autodemissão massiva destes agentes[14].

Diante desse contexto, a antropologia empenhada em pensar as particularidades dos regimes de produção de conhecimento vê-se, então, diante de um desafio inesperado: continuar a exercer uma análise crítica da ciência significa oferecer munição aos regimes negacionistas, capturados pelo neoconservadorismo e pela extrema direita. Mas por outra parte, interromper a análise crítica voltada para a ciência significa ignorar os elos que historicamente cientistas tiveram com forças imperiais, com diferentes formas de racismos, sexismos, capacitismos e episte-

13 Matéria do portal da SBPC intitulada "Exonerado por Bolsonaro, ex-diretor do Inpe é premiado por responsabilidade científica". Disponível em: http://portal.sbpcnet.org.br/noticias/exonerado-por-bolsonaro-ex-diretor-do-inpe-e-premiado-por-responsabilidade-cientifica/. Acessado em 19 set. 2022.

14 Matéria do Jornal Correio Braziliense intitulada "Mais de 6 mil recenseadores deixam IBGE em meio a relatos de hostilidade". Em: https://www.correiobraziliense.com.br/brasil/2022/08/5031056-mais-de-6-mil-recenseadores-deixam-ibge-em-meio-a-relatos-de-hostilidade.html. Acessado em 24 set. 2022.

micídios que indicam a persistência de aparatos coloniais inseridos na dinâmica Sul/Norte global há séculos, aparatos estes potencializados pelo capitalismo da informação. No livro *The Undercommons*, Stefano Harney e Fred Moten perguntam-se sobre "qual é a capacidade social para reproduzir a universidade e produzir a fuga" (Harney e Moten 2013, 26). Gostaríamos de complementar a questão com um adendo: como continuar a alimentar a universidade como um espaço de acolhimento democrático de formas diversas de produção do saber/da ciência e produzir a fuga – isto é, como fazer uma análise crítica da universidade e da ciência que possa questionar se informando, no lugar de questionar negando?

Este movimento de agregação dinâmica entre uma crítica interna à própria ciência e, ao mesmo tempo, uma defesa de seu modo de existência – cujo caráter é sempre perfectível, instável e encontra-se em permanente disputa dentro de consensos parciais – parece-nos decididamente possível. Tal constatação nos leva a questionar se, de fato, a situação na qual se encontram a antropologia e outras ciências é um impasse/desafio ou um contexto novo, que pede outras estratégias.

4 Escolhendo nossas batalhas: a proposta deste dossiê

É pensando nessas estratégias para produzir antropologias em contextos negacionistas, ao mesmo tempo em que tomamos o próprio negacionismo como objeto de análise, que construímos este dossiê. Nos perguntamos: Quais são as implicações da produção da ciência (ou das ciências) em um regime democrático atravessado pela necropolítica (Mbembe 2016)? Como é que a colonialidade do saber-poder (Lugones 2008) define nossos regimes particulares e situados de produção de ciência e cidadania (Carvalho e Echazú Böschemeier 2021)? Nossa proposta aponta inicialmente para os paradoxos, pontos cegos, desafios, lições aprendidas e soluções provisórias no contexto que atravessamos: pretendemos pensar a posição da antropologia frente aos negacionismos, situando-nos em esferas de ação local abertas a um diálogo com a produção global de conhecimentos. Nossa iniciativa também adere à necessidade de fortalecermos um diálogo integrativo entre a ciência e a sociedade, "escolhendo as batalhas", segundo expressão popular, que precisamos travar enquanto antropólogas/os produzindo ciência na contemporaneidade.

Desta forma foi que convergimos no seguinte arranjo de perguntas desconfortáveis (Fonseca 2010): nossa atitude antropológica de radical e persistente desconfiança epistêmica direcionada ao interior da ciência, pode ser integrada a uma atitude mais ampla, reflexiva, crítica e propositiva, que se disponha a fortalecer o espaço da produção científica como um bem público, assim como na promoção da(s) ciência(s) frente ao avanço dos totalitarismos e dos negacionismos? Nesse contexto, qual seria o lugar específico da antropologia? Podemos fortalecer mediações e transações não somente junto à cidadania, mas também junto a outros campos de saber? Como podemos "escolher nossas batalhas" sem debilitar o aparelho crítico no qual temos nos apoiado? Como podemos promover encontros interepistêmicos entre a ciência acadêmica e outras formas de saber pisando firme o chão da cidadania em tempos de negacionismo? Como a antropologia pode fortalecer

o seu papel na construção de uma ciência cidadã, plural e inclusiva, evitando a reificação do aparato tecno-capitalista e colonial de produção científica?

É assim que, nesta produção coletiva, perguntamo-nos quais são as possibilidades de ação de uma antropologia que é colocada como dimensão problemática da produção do social dentro de controvérsias manufaturadas da mesma forma em que são produzidas as *fake news*: bases falaciosas, propostas reacionárias e apelos à emocionalidade. A partir disso, propomos trabalhar exemplos concretos de encaminhamento da força crítica da antropologia no sentido do fortalecimento e (re)construção de uma cidadania plural e contemporânea, respeitosa das diversidades e questionadora das desigualdades.

*

Em "O que os negacionismos negam? Gestão do oculto e produção da verdade a partir de uma etnografia da política no norte de Moçambique", Daniel Figueiredo propõe uma leitura do tema da pós-verdade a partir de sua etnografia em Nampula, Norte de Moçambique. Depois de identificar as dinâmicas do visível e o invisível e descrever a relação entre política e feitiçaria no país africano, o autor faz uma comparação entre a circulação dos boatos nos contextos estudados e a circulação de *fake news* no contexto da pós-verdade. Convida-nos, portanto, "a perceber a dinâmica da produção de incertezas na pós-verdade como uma discursividade feiticeira" (Figueiredo 2023). Para Daniel Figueiredo, a última prescindiria da ideia de um fundo de verdade última contra o qual os boatos poderiam ser chegados. Logo "não há uma negação da verdade em si, mas uma negação dos meios pelos quais a modernidade efetua a verdade como valor transcendente e universal, através da presunção de racionalidade, contida em suas economias morais. Este critério fundamental de produção dos valores universais modernos é exatamente aquilo que é colocado em dúvida pelas metafísicas produtoras do oculto". A virtude do trabalho está em sua capacidade de demonstrar o caráter moderno não só de nossas concepções de verdade, como os termos correlatos que pretendem descrever a crise geral do nosso tempo.

A contribuição "Eles nos dizem tudo o que estão fazendo": ciência e conspiração nos discursos terraplanistas", de um dos coorganizadores desta proposta de dossiê, Rafael Antunes Almeida, volta-se à produção de um debate metodológico sobre o estudo de coletivos conspiratórios, como é o caso do movimento terraplanista. Baseando-se na noção de "empatia hostil" (Bubandt 2009), neste ensaio o autor tenta apontar um caminho possível para construir etnografias entre grupos com perspectivas críticas em relação à ciência e à academia.

O texto "To put an end to this damned thing": Rebutting denialism strategies performed by people in situation of homelessness during the COVID-19 pandemics (Brazil)", redigido por Ana Gretel E.B., uma das coorganizadoras deste dossiê, Teresa Nobre, professora do Departamento de Psicologia da UFRN, e por Vanilson Torres Da Silva, liderança-pesquisadora do Movimento Nacional de Pessoas em Situação de Rua (MNPR), foi elaborado em português e traduzido pela primeira

Anu. Antropol. (Brasília) v. 48, n. 2, pp.59-81. (maio-agosto/2023). Universidade de Brasília. ISSN 2357-738X. https://doi.org/10.4000/aa.11089

autora do texto para a língua inglesa com a finalidade abrir o diálogo com outros potenciais espaços do Sul Global que estejam enfrentando os negacionismos, especialmente na área da saúde das populações vulnerabilizadas e frente a novas possíveis situações de enfrentamento pandêmico. A contribuição trabalha desde a perspectiva do fortalecimento da ação de lideranças enquanto agentes produtores de ciência e cultura, sujeitos-chave no fortalecimento democrático e significativo da produção científica.

5 Palavras finais: acenos ao diálogo

Ao finalizarmos a nossa revisão da literatura relativa ao tema dos negacionismos, nos deparamos com pesquisadoras/es de outras disciplinas engajadas/os na tentativa de desenhar o que seriam estratégias acadêmicas para se produzir ciência no contexto da pós-verdade. Este é o caso de Alyne Costa, filósofa com uma reconhecida trajetória no estudo do antropoceno e das catástrofes climáticas, quem nos propõe:

> em vez de lamentar que as pessoas desconfiem dos fatos e acusá-las de obscurantistas, ignorantes ou ingênuas, talvez possamos acolher suas preocupações, seus anseios e suas dúvidas e pensar o fazer científico e político à luz dessas demandas. Se, como diz Latour, os fatos científicos não se sustentam sozinhos, a tarefa que se impõe para a ciência é a de aprender a cuidar de suas descobertas tão preciosas: entender que, mais que convencer, é preciso engajar as pessoas em torno dos fatos, mostrar que vale a pena confiar na ciência, se posicionar como aliada da sociedade no enfrentamento das ameaças presentes e futuras (Costa 2021, 325).

À luz dessa iniciativa, que acena para movimentos mais diplomáticos de abertura ao diálogo interciências e entre saberes, de uma forma mais ampla que inclui os saberes populares dentro destas trocas, compreendemos que a Antropologia poderia se inspirar em suas recomendações e se orientar na direção de uma ciência democrática que incorpore os elementos críticos e autorreflexivos pontuados nas genealogias que produzimos ao longo deste texto, ao mesmo tempo em que desarma os negacionismos por meio da execução de diversas estratégias práticas e propositivas, enraizadas em um fazer científico democrático e plural.

Em nossa perspectiva, assim como a dos/as autores/as que compõem o presente dossiê, a ciência e a democracia reforçam-se mutuamente (Brown 2009) a partir de processos de negociação permanente, em meio a arenas éticas nem sempre confortáveis e muito menos estáveis (Fonseca 2010). Contudo, os dois sistemas de saber-poder evidenciam uma potência particular em termos de retroalimentação: a democracia depende da ciência para facilitar a discussão sistemática e solução de problemas dos mais diversos, desde sociais e ambientais, passando por questões médicas e tecnológicas. A ciência, por sua vez, depende da democracia para atrelar seus mecanismos de produção de saberes a processos mais transparentes, participativos e horizontais (Merton 1968). A ideia de "deixar de lado as divergên-

cias em prol de algo muito maior", trazida na Carta pela Democracia citada no início deste texto, pode ser um bom pontapé para nos reagruparmos em torno dos problemas que definem a antropologia brasileira atual.

É atribuída a Mark Twain a frase "a história pode não se repetir, mas ela rima". Os negacionismos, desde a conquista das Américas até os tempos atuais, não são idênticos, mas ecoam uns com os outros, reproduzindo tendências aniquilatórias em novos contextos. É nesse sentido que, percebendo a diferença a respeito de, por um lado, um tempo recente, mais otimista, de franco desenvolvimento de perspectivas científicas, antropológicas e de produção de conhecimentos plurais no Brasil, e por outro lado o tempo presente, de ameaça substancial à democracia, à produção científica e à própria valorização da diversidade cultural no país, apontamos para o fato das marés terem mudado completamente no nosso campo de saber antropológico.

É nesse sentido que indicamos para a relevância de escolhermos nossas batalhas como coletivo, focando em processos de fortalecimento crítico do fazer científico. O esforço por estabelecer consensos estratégicos frente às ameaças reais de desagregação simbólica ou física, da mesma forma que de desmonte dos espaços formais onde se insere nossa prática profissional nos resultam assuntos dignos de serem trabalhados nas nossas agendas de pesquisa, participação e intervenção social. A vigilância contra as tentativas de ruptura da nossa comunidade científica pujante e plural deve ser complementada, pensamos aqui, com um esforço pelo diálogo entre diversos simultânea a uma defesa da integridade do nosso fazer profissional, reconhecendo nossas particularidades como disciplina e em permanente tensionamento e aproximação construtiva com as outras áreas do saber. Esperamos que, mergulhando na atual proposta, tenham uma boa experiência de leitura deste dossiê e que ele continue a fortalecer as necessárias discussões nestes temas.

Recebido em 13/07/2023.
Aprovado em 17/07/2023 pela editora Kelly Silva (https://orcid.org/0000-0003-3388-2655).

Referências

Aguiar, Monique Florencio de. 2022. *Estudo Introdutório e Plano de Organização do Livro*. In *Assédio Institucional no Brasil: Avanço do autoritarismo e desconstrução do Estado*, organizado por J. C. Cardoso Jr., F. A. B. Silva, M. F. de Aguiar, e T. L. Sandim, v. 1, 29–81. Brasília; Campina Grande: Afipea; Eduepb.

Almeida, Rafael Antunes. 2015. "Objetos intangíveis: Ufologia, ciência e segredo". Tese de doutorado. Universidade de Brasília.

Almeida, Rafael Antunes. 2023. "Eles nos dizem tudo o que estão fazendo": Ciência e conspiração nos discursos terraplanistas". *Anuário Antropológico* 48, nº 2.

Almeida, Silvio. 2019. *Racismo estrutural.* São Paulo: Pólen.

An-Na'im, Abdullahi, ed. 1991. *Human Rights in Cross-Cultural Perspective: A quest for consensus*. Philadelphia: University of Pennsylvania Press.

Anzaldúa, Gloria. 1999. *Borderlands*. *La frontera*, 2ª ed. *The New Mestiza.* San Francisco: Aunt Lute Books.

Arns, Paulo Evaristo. 1985. *Brasil: Nunca mais*. Projeto A. São Paulo: Arquidiocese de São Paulo.

Baringer, Philip S. 2001. "Introduction: The science wars". In *After the Science Wars*, organizado por Keith M. Ashman, e Philip Baringer. Londres; Nova Iorque: Routledge.

Battaglia, Debbora. 2005. *E.T. Culture: Anthropology in outerspaces*. Durham: Duke University Press.

Braidotti, Rosi. 2013. *The Posthuman*. Cambridge: Polity.

Bonfil Batalla, Guillermo. 1990 [1987]. *México Profundo, una civilización negada*. Ciudad de México: CIESAS.

Brown, Mark B. 2009. S*cience in Democracy: Expertise, Institutions, and Representation*. Cambridge: MIT Press.

Brown, Wendy. 2019. *In the ruins of neoliberalism: The rise of antidemocratic politics in the west.* Nova Iorque: Columbia University Press.

Böschemeier, Ana Gretel Echazú, Maria Teresa Nobre, e José Vanilson Torres da Silva. 2023. "To put an end to this damned thing": Rebutting denialism strategies performed by people in situation of homelessness during the COVID-19 pandemics (Brazil)". *Anuário Antropológico* 48, nº 2.

Calheiros, Orlando. 2009. "As Transformações do leviatã: Praxiografia de um projeto de Cetologia". Dissertação de Mestrado. Universidade Federal do Rio de Janeiro.

Camargo, Alessandra. 2018. "Negacionismo e Políticas de Memória na Justiça de Transição Brasileira". *Revista Perseu* 15, nº 12:55–85.

Carvalho, José Jorge de. 2018."Encontro de saberes: Por uma refundação étnica, racial e epistêmica das universidades brasileiras". In D*ecolonialidade e pensamento afrodiaspórico*, editado por Joaze Bernardino-Costa, Nelson Maldonado-Torres, e Ramón Grosfoguel, 79–106. Belo Horizonte: Autêntica.

Castro, Rosana. 2018. "Precariedades oportunas, terapias insulares: Economias políticas da doença e da saúde na experimentação farmacêutica". Tese de doutorado. Universidade de Brasília.

Castro, Rosana. 2019. "Economias políticas da doença e da saúde: População, raça e le-

talidade na experimentação farmacêutica". A*yé: Revista de Antropologia* 1, nº 1: 1–26.

Cardoso, Lourenço. 2014. "O branco ante a rebeldia do desejo: Um estudo sobre a branquitude no Brasil". Tese de doutorado. Universidade Estadual Paulista.

Carvalho, Breno, Echazú Böschemeier, e Ana Gretel. 2021."Comunicação popular, meio digital e pandemia: Experiência de uma pesquisa-intervenção". In *Comunicação e Ciência na era covid-19*, editado por Elen Geraldes *et al*. São Paulo: InterCom.

Carvalho, Castro Marcos de. 2015. "Do ultrassom e seus corpos: Traduções e práticas de conhecimento de um laboratório universitário". Tese de doutorado. Universidade Federal do Rio de Janeiro.

Carta Pela Democracia. https://noticias.uol.com.br/politica/ultimas-noticias/2022/07/28/carta-pela-democracia-atualizacao-assinaturas.htm?cmpid=copiaecola

Catela, Ludmila da Silva. 2001. *Situação-limite e memória: A reconstrução do mundo dos familiares de desaparecidos na Argentina*. São Paulo: Hucitec.

Cesarino, Letícia. 2021."Pós-verdade e a crise dos sistemas peritos: Uma explicação cibernética". *Ilha: Revista de Antropologia* 3, nº 1: 73–96.

Córdoba, Liliana *et al*. 2021. *Política, gestión y evaluación de la investigación y la vinculación en América Latina y el Caribe*. Buenos Aires: CLACSO.

Costa, Alyne. 2021. "Negacionistas são os outros? Verdade, engano e interesse na era da pós-verdade". *Principia* 25, nº 2: 305–34.

Dados, Nikki, e Raewyn Connell. 2012. "The Global South". *Contexts* 11, nº 1: 12–3.

Echazú Böschemeier, Ana Gretel, Rocío Quispe-Agnoli, e Lucrecia Greco. 2021. "Waman Poma de Ayala, um autor indígena do século XVII: Questionando antropocentrismos no colonialoceno". *TECCOGS – Revista Digital de Tecnologias Cognitivas* 24: 157–203.

Eriksen, Thomas Hylland, e Finn Sivert Nielsen. 2001. *A History of Anthropology*. Londres: Pluto Press.

Fals Borda, Orlando. 1979. *Historia doble de la costa*. Bogotá: Carlos Valencia Editores.

Favret-Saada, Jeanne. 1990. "Être affecté". *Gradhiva: Revue d'histoire et d'archives de l'anthropologie*, 8: 3–9. http://www.persee.fr/doc/gradh_0764-8928_1990_num_8_1_ 1340.

Figueiredo, Daniel Alves de Jesus. 2023. "O que os negacionismos negam? Gestão do oculto e produção da verdade a partir de uma etnografia da política no norte de Moçambique". *Anuário Antropológico* 48, nº 2.

Fonseca, Claudia. 2010."Que ética? Que ciência? Que sociedade?". In Ética e regulamentação na pesquisa antropológica, organizado por Soraya Fleischer, e Patrice Schuch. Brasília: Letras Livres; Editora Universidade de Brasília.

Foucault, Michel. 2012. "Nietzsche, a genealogia e a história". In *Microfísica do poder*, organizado por Roberto Machado. São Paulo: Graal.

Freire, Paulo. 1996. *Pedagogia da autonomia*. São Paulo: Paz e Terra.

Freud, Sigmund. 1977 [1925]. "Negation". *The Pelican Freud Library* 11: 435–42. Harmondsworth: Penguin Books.

Gomes, Nilma Lino. 2012. "Relações étnicorraciais, educação e descolonização dos currículos". C*urrículo sem Fronteiras* 12, nº 1: 98–109.

Gaspar de Alba, Alicia. 2014. *[Un]Framing the "Bad Woman": Sor Juana, Malinche, Coyolxauhqui, and Other Rebels with a Cause*. Austin: University of Texas Press.

Gonçalves, Flora Rodrigues. 2019. "Autorias em contexto: Estudos antropológicos sobre criação e propriedade". Tese de doutorado. Universidade Federal de Minas Gerais.

Gunder-Frank, André. 1963. América Latina: Subdesarrollo o Revolución. México: Editorial ERA.

Harambam, Jaron. 2021. "Against modernist illusions: Why we need more democratic and constructivist alternatives to debunking conspiracy theories". *Journal of Cultural Research* 25, nº (1):104–22.

Haraway, Donna. 1995. "Saberes localizados: A questão da ciência para o feminismo e o privilégio da perspectiva parcial". *Cadernos Pagu*, 5: 7–41.

Harney, Stefano, e Fred Moten. 2013.*The undercommons: Fugitive planning & black study.* Wivenhoe; Nova Iorque; Port Watson: Minor Compositions.

Harsin, Jayson. 2015. "Regimes of post-truth, Post politics and Attention Economies". *Communication, Culture and Critique* 8, nº (2): 327–33.

Hill Collins, Patricia. 2019. "Epistemologia Feminista negra". In *Pensamento feminista negro: Conhecimento, consciência e a política do empoderamento*. São Paulo: Boitempo.

Hofstadter, Richard. *Anti-intellectualism in American Life*. New York: Vintage Books, 1963.

Jelin, Elizabeth. 2002. "Los trabajos de la memoria". *Colección Memorias de la Represión*, 1. Madrid: Siglo XXI Editores.

Kalpokas, Ignas. 2019. *A political theory of post-truth*. Cham: Palgrave Macmillian.

Keller, Evelyn Fox. 2006 [2004]. "Qual foi o impacto do feminismo na ciência?". Cadernos Pagu, 27:13–34.

Knorr-Cetina, Karen. 1981. *The manufacture of knowledge: An essay on the constructivist and contextual nature of science.* Oxford: Pergamon Press.

Lander, Edgardo. 1993. La colonialidad del saber: Eurocentrismo y ciencias sociales. *Perspectivas latinoamericanas*. Buenos Aires: CLACSO.

Lynch, Michael. 1985. *Art and artifact in laboratory science: A study of shop work and shop talk in a research laboratory.* Londres: Routledge; Kegan Paul.

Latour, Bruno. 2004. "Why has critique run out of steam? From matters of fact to matters of concern". *Critical Inquiry* 30, nº 2: 225–48.

Latour, Bruno. 2018. *Down to earth: Politics in the new climate regime.* Cambridge: Polity Press.

Latour, Bruno, e Steve Woolgar. 1997 [1979]. *A vida de laboratório: A produção dos fatos científicos.* Rio de Janeiro: Relume Dumará.

Lévi-Strauss, Claude. 1990 [1962]. "A ciência do concreto". In *O pensamento selvagem*. Campinas: Papirus.

Lombardo, Massimiliano. 2022. "Science diplomacy at work: UNESCO, Latin America, and the Caribbean". In *Science diplomacy capacity development: Reflections on Diplo's 2021 course and the road ahead*, organizado por Katharina Höne. Geneva: Diplofoundation.

Lugones, Maria. 2008."Colonialidad y Género". *Tabula Rasa*, Bogotá 9, nº 1: 73–101.

Marcus, George. 1999. *Paranoia within reason: A casebook on conspiracy explanation*. Chicago: Chicago University Press.

Marinelli, Fábio. 2020. "O terraplanismo e o apelo à experiência pessoal como critério epistemológico". *Caderno Brasileiro de Ensino de Física*, 37, nº (3): 1173–92.

Mattedi, Marcos. 2006. *Sociologia e conhecimento*. Chapecó: Argos.

Merton, Robert. 1968."Science and democratic social structure". In *Social theory and social structure*, 604–15. New York: The Free Press.

Mbembe, Achille. 2016. "Necropolítica". *Artes & Ensaios* 32: 123–51.

McGee, Ebony, e Lydia Bentley. 2017. "The equity ethic: Black and Latinx college students reengineering their STEM careers toward justice". *American Journal of Education* 124, nº 1: 1–36.

Mendoza, Breny, e Sandra Harding. 2021. "Latin American Decolonial Feminist Philosophy of Knowledge Production". In *The Routledge Handbook of Feminist Philosophy of Science*, 104–16. Nova Iorque: Routledge.

Nascimento, Rosânia do. 2021. "Mulheres-calibãs: A propósito do pensamento transatlântico". *Ayé: Revista de Antropologia* 3, nº (1): 40–61.

Neto, José Fonseca Ferreira. 1984. "A ciência dos mitos e o mito da ciência". Dissertação de Mestrado. Universidade de Brasília.

Nkulu-N'Sengha, Mutombo. 2005. "African Epistemology". In *Encyclopedia of Black Studies*, editado por Molefi Kete Asante, e Ama Mazama, 39–44. Thousand Oaks: Sage Publications.

Organização Mundial da Saúde – OMS/WHO. 2021. *Public health research agenda for managing infodemics*. Geneva: WHO. https://www.who.int/publications/i/item/9789240019508

Ortiz Ocaña, Alexander, e María Isabel Arias Lopez. 2019. "Hacer decolonial: Desobedecer a la metodología de investigación". *Hallazgos*, 16, nº 31: 147–66.

Pereira, Edimilson de Almeida. 2017. *Entre Orfe(x)u e Exunoveau: Análise de uma estética de base afrodiaspórica na literatura brasileira.* Rio de Janeiro: Azougue Editorial.

Pícaro, Daniel. 2007. "Extraterrestres: Ciência e Pensamento Mítico no Mundo Moderno". Dissertação de Mestrado. Universidade Federal de São Carlos.

Pollak, Michael. 1989. "Memória, esquecimento, silêncio". *Revista Estudos Históricos* 2, nº 3: 3–15.

Quijano, Aníbal. 2005. "Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina". In *A colonialidade do saber: Eurocentrismo e ciências sociais, perspectivas latino,* 117–42. Buenos Aires: CLACSO.

Quispe-Agnoli, Rocío. 2020. "'Escribirlo es nunca acabar': Cuatrocientos cinco años de lecturas y silencios de una Opera Aperta colonial andina". *Letras* 91, nº 133: 5–34.

Rajão, Raoni *et al*. 2022."The risk of fake controversies for Brazilian environmental policies". *Biological Conservation*, 266: 1–11.

Rohden, Fabiola, e Mako Monteiro. 2019. "Para além da ciência e do anthropos: Deslocamentos da antropologia da ciência e da tecnologia no Brasil". *Bib: Revista Brasileira de informação bibliográfica em Ciências Sociais* 89: 1–33.

Rose, Hilary. 1994. *Love, power and knowledge: Towards a feminist transformation of the sciences*. Cambridge: Polity Press.

Rose, Hillary, e Steven Rose. 1976. The radicalisation of Science. Londres: MacMillan Press.

Sá, Guilherme José da Silva e. 2013. *No mesmo galho: Antropologia de coletivos humanos e animais.* Rio de Janeiro: Editora 7 Letras.

Anu. Antropol. (Brasília) v. 48, n. 2, pp.59-81. (maio-agosto/2023). Universidade de Brasília. ISSN 2357-738X. https://doi.org/10.4000/aa.11089

Sá, Guilherme José da Silva, e Rafael Antunes Almeida. 2020. "O que esperar da ciência enquanto esperamos o amanhã". In *Cientistas sociais e o coronavírus*, organizado por Miriam Grossi, e Rodrigo Toniol, 379–82. Florianópolis: Editora Anpocs; Tribo da Ilha.

Schindler, Sebastian. 2020. "The task of critique in times of post-truth politics". *Review of International Studies* 46, nº 3: 376–94. https://osf.io/5gxd2/download.

Segato, Rita Laura. 2006. "Antropologia e direitos humanos: Alteridade e ética no movimento de expansão dos direitos universais". *Mana* 12, nº 1: 207–36.

Sokal, Alan, e Jean Bricmont. 1998 [1997]. *Intellectual Impostures: Postmodern philosopher's abuse of science.* Londres: Profile Books.

Stengers, Isabelle. 2002 [1993]. *A invenção das ciências modernas.* São Paulo: Editora 34.

Stengers, Isabelle. 2016. "Uma ciência triste é aquela em que não se dança". Conversações com Isabelle Stengers. *Revista de Antropologia* 59, nº 2: 155–86. https://www.revistas.usp.br/ra/article/view/121937

Thomas, Hernán. 2010. "Los estudios sociales de la tecnología en América Latina". Íconos. Revista de Ciencias Sociales 37, nº 5: 35–53.

Traweek, Sharon. 1988. *Beamtimes and lifetimes: The world of high energy physicists*. Cambridge: Harvard University Press.

Valim, Patrícia, Alexandre Sá Avelar, Berber Bevernage. 2021. "Negacionismo: História, historiografia e perspectivas de pesquisa". *Revista Brasileira de História* 41, nº 87: 13–36.

Vargas, Eduardo Viana. 2006. "Uso de drogas: A alter-ação como evento". *Revista de Antropologia* (USP) 49, nº 2: 581–623.

Vessuri, Hebe. 1983. "Consideraciones acerca del estudio social de la ciencia". In *La ciencia periférica, ciencia y sociedad en Venezuela*, organizado por Helena Diaz, Yolanda Texera, e Hebe Vessuri, 9–35. Caracas: Moisés Ávila Editores.

Vessuri, Hebe. 2007. "The Hybridization of Knowledge: Science and Local Knowledge in Support of Sustainable Development". In K*nowledge Society Vs. Knowledge Economy*, editado por Sörlin Sverker, e Hebe Vessuri, 157–74. Londres: Palgrave MacMillan.

Viveiros de Castro, Eduardo. 1996. "Os pronomes cosmológicos e o perspectivismo ameríndio". *Mana* 2, nº 2: 115–44.

West, Harry G, e Todd Sanders, orgs. 2003. *Transparency and Conspiracy.* Durham: Duke University Press.

Anu. Antropol. (Brasília) v. 48, n. 2, pp.59-81. (maio-agosto/2023). Universidade de Brasília. ISSN 2357-738X. https://doi.org/10.4000/aa.11089